



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.100, DE 2011.

Apensados: PL nº 2.904, de 2011; PL nº 5.540, de 2013; PL nº 7.040, de 2014; PL nº 7.415, de 2014; PL nº 500, de 2015; PL nº 2.780, de 2015; PL nº 3.539, de 2015; PL nº 627, de 2019; PL nº 1.460, de 2019; PL nº 1.725, de 2019 e PL nº 2.058, de 2019.

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sistema de vigilância eletrônica nas escolas públicas em todo território nacional e dá outras providências.

Autor: Deputado NELSON BORNIER

Relator: Deputado OTTO ALENCAR FILHO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.100, de 2011, de autoria do Deputado Nelson Bornier, tem o escopo de dispor que as escolas públicas em todo território nacional deverão implementar sistema de monitoramento interno por vigilância eletrônica. De acordo com o art.3º da proposição, ficará a cargo do Ministério da Educação a elaboração de normas, procedimentos, planejamento e controle do sistema. O art. 4º estabelece prazo de 180 (cento e oitenta) dias para as escolas se adequarem ao disposto.

O projeto de lei nº 2.100, de 2011, possui onze apensados:

1) PL nº 2.904, de 2011, tem o objetivo de autorizar o Poder Executivo a instalar câmeras de segurança em todas as escolas públicas do País, incluindo todos os níveis e modalidades de ensino.

2) PL nº 5.540, de 2013, dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino adotarem sistema de segurança que atenda a pelo menos uma das seguintes condições: existência de câmeras de vídeo que permitam o monitoramento das salas e suas vias de acesso e áreas de circulação; controle de acesso ao interior do estabelecimento de ensino, realizado por meio de revista



CÂMARA DOS DEPUTADOS

pessoal; equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação das pessoas que ingressarem no estabelecimento de ensino.

3) PL nº 7.040, de 2014, estabelece a obrigação de que todas as escolas públicas tenham câmeras de vídeo instaladas para o monitoramento das salas de aula, reunião, depósitos, corredores, pátios e todas as vias de acesso ao interior do estabelecimento de ensino. No caso de a escola não obedecer ao disposto no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, as atividades poderão ser suspensas até que as câmeras de vídeo sejam instaladas.

4) PL nº 7.415, de 2014, tem o propósito de obrigar escolas, creches e hospitais públicos a terem instalados sistema de circuito fechado de TV com monitoramento em tempo real, disponibilizado para acesso a qualquer cidadão.

5) PL nº 500, de 2015, também dispõe sobre obrigatoriedade de as escolas públicas instalarem câmeras de vídeo para permitir o monitoramento de todos os locais de acesso, áreas internas e externas. As escolas terão 2 (dois) anos para se adequarem sob pena de terem suspensas as suas atividades até que as câmeras sejam instaladas.

6) PL nº 2.780, de 2015, tem o escopo de estabelecer diretrizes gerais de segurança e de proteção à infância e à juventude no ambiente educacional e escolar. A proposição estabelece em seu art. 2º que a determinação é dirigida às instituições de ensino e às creches públicas e privadas. Ademais também dispõe que o sistema deverá ser ininterrupto e que as imagens deverão ser armazenadas por tempo definido em regulamento. O sistema de vigilância eletrônica deverá permitir monitorar a chegada dos usuários, bem como contemplar as salas de aula, os espaços internos e externos da instituição.

7) PL nº 3.539, de 2015, também tem o objetivo de determinar a obrigatoriedade de uso de sistema de vigilância eletrônica nas creches e pré-escolas que ofertam educação infantil.

8) PL nº 627, de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de segurança nos estabelecimentos de ensino público e privado. Sugere a utilização de detector de metais, câmeras de vídeo, entre outros.

9) PL nº 1.460, de 2019, que obriga escolas públicas e privadas a utilizarem detectores de metal para o acesso de alunos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10) PL nº 1.725, de 2019, que tem o objetivo de tornar obrigatória a instalação de detectores de metal nos estabelecimentos de educação básica e infantil das redes pública e privada de ensino.

11) PL nº 2.058, de 2019, dispõe sobre o controle de entrada indevida de objetos, instrumentos e substâncias perigosas nos estabelecimentos públicos e privados de ensino. De acordo com o texto sugerido, essas instituições poderão adotar medidas que evitem a entrada de armas de fogo, substância psicoativas, instrumentos contundentes, entre outros. Além disso, conforme seu art.4º, entre as medidas de controle, poderão ser utilizados detector de metal, vigilância pessoal, monitoração eletrônica por vídeo e revista pessoal ou dos pertences.

O projeto de lei em análise e seus apensados, sujeitos à apreciação conclusiva, foram distribuídos à Comissão de Seguridade Social e Família, à Comissão de Educação e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, do RICD). Assim, compete a esta Comissão de Seguridade Social e Família apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do disposto no inciso XVII, do art. 32, do Regimento Interno desta Casa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposição principal e todos os seus apensados têm como objetivo principal tentar aumentar a segurança nas escolas. Nas justificativas dos projetos, a maioria dos autores fazem referência a casos de violência em estabelecimentos de ensino. Um exemplo recente foi um ataque ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil em Suzano-SP. Dois jovens entraram pela porta da frente da escola onde estudaram, atiraram em diversas pessoas e depois se suicidaram. O ataque deixou dez mortos e onze feridos.

Esse tipo de ocorrência choca toda a sociedade e demonstra a vulnerabilidade de crianças, adolescentes, professores, funcionários e outros frequentadores dos estabelecimentos escolares. É notório que muitas escolas não estão preparadas para prevenir e combater esses ataques inesperados de violência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quando há situações de ameaça e risco, com frequência, os professores e funcionários não estão preparados para percebê-las e abordá-las. Os motivos que desencadeiam esses tipos de ato devem ser objeto de reflexão para que possam ser evitados outros incidentes que retirem precocemente a vida de tantas crianças e adolescentes.

Nesse contexto, os projetos em análise apresentam diversas sugestões para tentar proteger o ambiente escolar, como, por exemplo, instalação de câmeras de vídeo, detector de metais, revista pessoal e dos pertences, entre outras estratégias. Entretanto, deve ser considerado que uma determinação legal para que todas as escolas tenham câmeras de vigilância, detectores de metais, ou façam revista das pessoas que frequentam o estabelecimento pode ser inviável. Por esse motivo, agregando as ideias das proposições apresentadas, decidimos fixar normas orientadoras para serem seguidas pelos gestores dos estabelecimentos de ensino.

Além disso, cabe fazer referência à importante influência do clima escolar no comportamento dos alunos, nas relações interpessoais que são construídas no âmbito do estabelecimento de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aborda um aspecto importante da convivência no âmbito escolar. O §7º do art. 35-A da norma dispõe que *“Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”*. Assim, é dever da escola ensinar matérias como português, matemática, e, também, desenvolver um trabalho que valorize a qualidade da convivência, as relações sociais. Por essa razão, optou-se por expandir a sugestão de um dos apensados que dispõe sobre a inclusão de disciplinas que abordem a cultura da paz. Dessa forma, foram acrescentadas algumas recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para promoção da educação sem violência. Segundo essa agência, *“Mais do que teoria e prática, a não violência deve ser uma atitude que permeia toda a prática de ensino, envolvendo todos os profissionais de educação e os estudantes da escola, os pais e a comunidade, em um desafio comum e compartilhado. Assim, a não violência integrada confere ao professor outra visão do seu trabalho pedagógico. A escola deve dar lugar ao diálogo e ao compartilhamento, tornando-se um centro para a vida cívica na comunidade. Para obter um impacto real, a educação sem violência deve ser um projeto de toda a*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

escola, o qual deve ser planejado, integrado em todos os aspectos do currículo escolar, na pedagogia e nas atividades, envolvendo todos os professores e profissionais da escola, assim como toda a estrutura organizacional da equipe de tomada das decisões educacionais. As práticas de não violência devem ser coerentes e devem estar refletidas nas regras e na utilização das instalações da escola”.

Pelo exposto, considera-se bastante meritórias as proposições que buscam promover maior segurança para crianças e adolescentes nos estabelecimentos de ensino. Com objetivo de agregar todo o conteúdo do projeto de lei principal e apensados, é que se propõe um Substitutivo. Ademais, considerando a competência legislativa concorrente da União para legislar sobre proteção à infância e à juventude, cabe enfatizar que o texto sugerido apresenta normas gerais conforme disposto no §1º do art. 24 da Constituição Federal.

Assim, somos pela **aprovação** dos Projetos de Lei nºs 2.100, de 2011; 2.904, de 2011; 5.540, de 2013; 7.040, de 2014; 7.415, de 2014; 500, de 2015; 2.780, de 2015; 3.539, de 2015; 627, de 2019; 1.460, de 2019; 1.725, de 2019, e 2.058, de 2019, na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em de de 2019.

Deputado OTTO ALENCAR FILHO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.100, DE 2011.

Apensados: PL nº 2.904, de 2011; PL nº 5.540, de 2013; PL nº 7.040, de 2014; PL nº 7.415, de 2014; PL nº 500, de 2015; PL nº 2.780, de 2015; PL nº 3.539, de 2015; PL nº 627, de 2019; PL nº 1.460, de 2019; PL nº 1.725, de 2019 e PL nº 2.058, de 2019.

Dispõe sobre medidas de segurança no âmbito dos estabelecimentos de ensino.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino públicos e privados poderão adotar medidas de segurança para controle do acesso a suas dependências.

Parágrafo único. Poderão ser utilizadas as seguintes medidas de segurança, entre outras, a critério do gestor:

- I- câmeras de vídeo;
- II- detectores de metal;
- III- revista pessoal e dos pertences.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino públicos e privados poderão incluir em seus currículos escolares disciplinas que abordem a cultura da paz.

Parágrafo único. Nas disciplinas que incluam a cultura da paz, poderão ser desenvolvidos os seguintes temas:

- I- convivência em sociedade com respeito às diferenças e similaridades;
- II- aprendizado com base na cooperação, no diálogo e na compreensão intercultural;
- III- soluções não violentas para conflitos por meio de maneiras construtivas de mediação e estratégias de resolução;
- IV- promoção de valores e atitudes de não violência;
- V- estímulo à cooperação e à solidariedade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em de de 2019.

Deputado OTTO ALENCAR FILHO
Relator